

## Estudantes conquistam direito de organizar eleição de representantes discentes

No dia 21/11, o Conselho Universitário aprovou, por 49 votos a 25, mudança no Regimento da USP, transferindo para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) a organização da eleição dos representantes discentes nos conselhos centrais. Apesar da vitória, algumas normas das eleições foram aprovadas com a opinião contrária dos estudantes.

*Página 4*

### Fundações polarizam debate

Realizado no dia 21/11, o debate "Fundações e Financiamento Público na USP" confirmou a existência de visões antagônicas a respeito desses temas (foto). A iniciativa foi da Comissão Organizadora do IV Congresso da USP (formada por Adusp, Sintusp e DCE). A questão central do debate foram as fundações: seu financiamento, relacionamento com os órgãos colegiados e implicações da sua existência, enquanto entidades de direito privado, relativamente às finalidades públicas e sociais da USP.

*Página 2*



Daniel Garcia

### Festa de fim de ano

O já tradicional baile promovido pela Adusp será realizado no dia 8 de dezembro, sexta-feira, a partir das 21 horas. Venha conversar, dançar, ouvir boa música. Estão incluídos o jantar e bebida (vinho, refrigerante e cerveja).

Todo associado tem direito a um convite para si e outro para um acompanhante.

As reservas devem ser feitas impreterivelmente até o dia 4/12 pelos telefones 3818-4465 e 3818-4466, pelo fax 3814-1715 ou pelo e-mail secretaria@adusp.org.br



### CASO ZINSLY 1

#### Reitoria alega que apagou a fita da reunião

Os advogados do professor Zinsly haviam solicitado uma cópia da fita da reunião do CO de 10/10, que decidiu por sua demissão. Receberam a resposta de que a fita já estava apagada! O pedido foi apresentado no dia 23/10, oito dias antes da reunião seguinte, realizada em 31/10. Nesta reunião a ata da sessão anterior foi aprovada e portanto a fita ainda não estava apagada. A argumentação da Secretaria Geral, enviada em 9/11, de que a fita foi desgravada para ser reutilizada é muito estranha. É realmente um exercício de fé acreditar que a Secretaria Geral não sabia da existência do pedido. A diretoria da Adusp, tão logo foi informada do ocorrido, encaminhou ao reitor um pedido de explicações, salientando a gravidade do fato. Ressalte-se que há jurisprudência (decisão da CLR) sustentando a solicitação dos advogados. Naquela oportunidade, a fita permaneceu disponível por muito mais tempo, pois para a reunião do CO em 28/4/98, o despacho da Secretaria Geral fornecendo a fita é datado de 1/6/98. Até o fechamento desta edição não havíamos recebido nenhuma resposta do reitor.

# Debate sobre fundações anima público

Daniel Garcia



Debate levou muita gente ao auditório Abraão de Moraes, do IF

O debate sobre fundações e financiamento da USP, realizado no dia 21 no auditório do IF, reuniu mais de uma centena de interessados e confirmou a existência de visões antagônicas.

Organizado pela Comissão Organizadora do IV Congresso da USP, o debate contou com a participação do deputado estadual César Callegari (PSB) e dos docentes Guilherme Plonsky, James Wright, Benedito Machado e Otaviano Helene.

A questão central do debate foram as fundações. Houve forte choque de posições entre, de um lado, Plonsky e Wright, representantes, respectivamente, da Fundação Vanzolini e da Fundação Instituto de Administração (FIA), e de outro lado Machado e Otaviano, que criticaram as fundações. O público participou ativamente do debate.

## Fiscalização

Plonsky, docente da Poli e da FEA, informou que as fundações de apoio "são instituídas por doações de bens livres por docentes, como é o caso da Fundação Vanzolini, nos idos de 1967, com a aprovação do Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica, ou por ex-alunos ou suas associações, ou ainda pela própria Universidade, como é caso da Fuvest e FUSP, por decisão do Conselho Universitário".

De acordo com ele, as fundações não têm fins lucrativos e sua missão "é a colaboração com a Universidade ou parte dela", elas "têm personalidade jurídica privada de interesse público, que lhes permite a agilidade e flexibilidade necessárias à dinamização dos fluxos de conhecimento entre a Universidade e outros entes da sociedade". Ele afirmou que o Ministério Público fiscaliza as fundações.

"É infundada a afirmação de que as fundações de apoio privatizam as universidades públicas", disse Plonsky. Tra-

ta-se do contrário, segundo ele: as fundações contribuiriam com a manutenção das universidades.

Wright, professor do Departamento de Administração da FEA, fez uma detalhada exposição sobre a estrutura e o funcionamento da FIA. Lembrou que a diretoria da

entidade não é remunerada e que o conselho curador, tal como na Fundação Vanzolini, é eleito pelo departamento.

Ele informou que, embora inicialmente a quase totalidade dos serviços contratados pela FIA era com o setor público, atualmente mais de 70% dos serviços são prestados a empresas privadas. Wright listou uma série de benefícios que teriam sido proporcionados à FEA pela fundação.

Entre outros benefícios, ele citou a reforma do prédio da faculdade, a "manutenção de docentes no Departamento de Administração", "envolvimento de alunos nos projetos realizados" e "apoio financeiro às atividades do Departamento, da FEA e da USP". No decorrer do debate, ele informou ainda que a FIA paga aluguel à faculdade pelas dependências utilizadas.

## Poder

"Os interesses típicos de uma fundação de direito privado devem definir os objetivos da USP?", indagou Machado, após reafirmar sua convicção de que "as fundações estão substituindo o papel das universidades e detêm um grande poder", pois estariam sobrepondo-se aos colegiados.

Ele contestou a ideia de que as fundações prestam-se a uma colaboração desinteressada com as universidades. "O grande motivador das fundações é a questão da

remuneração dos docentes", enfatizou, acrescentando que ocorre uma apropriação da grife USP pelas fundações e que a flexibilização do RDIDP permitiu a privatização do tempo de trabalho dos docentes que conseguem vender serviços ao mercado.

Machado explicou que teve sua atenção para o tema despertada quando constatou que, durante a greve deste ano, a fundação que atua na FEA de Ribeirão Preto contratou alunos para substituir os professores que aderiram à paralisação naquela unidade. No seu entender, os docentes que participam dessas instituições pautam sua conduta pela lógica do setor privado e não da universidade pública.

Otaviano, docente do IF e ex-presidente da Adusp, ofereceu dados que demonstram a estagnação do ensino público no Estado de São Paulo. Ele estima que, se os 700 mil alunos universitários do Estado de São Paulo, de instituições públicas e privadas, estudassem ao "preço USP", tido como elevado por certos setores, ainda assim isso custaria apenas 3,9 bilhões de reais anuais, o equivalente a 1% do Produto Interno Bruto (PIB) de São Paulo, dentro portanto do padrão mundial.

Otaviano foi irônico ao referir-se às fundações. "É óbvio que a fundação tem dinheiro para dirigir o trabalho intelectual, acadêmico, de pessoas. Não adianta vir com

discurso contra isso. É óbvio também que ela atrai para certos tipos de atividades docentes, para certos tipos de atividades que não são de interesse acadêmico, para coisas voltadas para o mercado. E é óbvio também que existem mecanismos de cooptação. Todo mundo sabe que isso não está escrito no estatuto de nenhuma fundação, é óbvio. Mas seres humanos, por incrível que pareça, são influenciados por dinheiro".

## Desvio de verbas

O deputado Callegari, que foi o primeiro a falar e teve de se retirar mais cedo, afirmou que há "instabilidade no financiamento da Universidade" em São Paulo. Ele é autor de uma proposta de emenda que inscreve na Constituição Estadual o percentual mínimo de 9,57% do ICMS destinado às universidades estaduais, e que, na sua opinião, poderá eliminar o que chama de "autonomia precária". A proposta recebeu parecer favorável do relator, informou ele.

Para o deputado, que presidiu a CPI da Educação, o governo estadual fraudava a lei, desrespeitando os percentuais devidos por meio de diversos artifícios.

"O Governo do Estado inventou uma coisa chamada 'ICMS puro', para se isentar das obrigações", afirmou, explicando que a expressão diz respeito ao imposto recebido "na boca do caixa", sem considerar juros, multas etc.

# CERT x Instituto de Geociências: um desrespeito à Unidade e à Ciência

Conforme divulgado no **Informativo Adusp 85**, os recursos dos colegas do Instituto de Geociências contra a decisão do Reitor e da CERT — decisão de exigir que apresentassem relatórios, sob a ameaça de excluí-los do RDIDP — serão julgados pelo Conselho Universitário.

O assunto estava em pauta na reunião de 21/11, mas foi adiado para a próxima reunião, prevista

para 5/12.

A diretoria da Adusp, seguindo o que tem sido sua prática em diversos casos que vão a julgamento no CO, elaborou um dossiê (veja introdução abaixo), apresentando documentos e ponderações para que os membros do Conselho possam votar de maneira esclarecida, sem cometer injustiças.

Deve-se ressaltar que órgãos colegiados, profissionais e estu-

dantes do IG têm manifestado com clareza a sua discordância com as ações da CERT. Em particular, o diretor do IG, em carta encaminhada ao reitor (anexo I do dossiê), atesta os méritos acadêmicos dos docentes e afirma, a respeito das decisões da CERT: “Na minha opinião, isto reflete uma visão distanciada da missão científica e pedagógica do Instituto de Geociências”.

“São Paulo, 16 de novembro de 2000

**Prezado(a) Membro do Conselho Universitário**

Este dossiê tem por objetivo apresentar documentos relacionados aos recursos dos professores Caetano Juliani e Gergely Andres Julio Szabó, do Instituto de Geociências, contra a decisão do Reitor de exigir que apresentassem relatórios em 2001, sob a ameaça de mudança de regime de trabalho.

O professor Caetano Juliani ingressou na Universidade em 1988, no regime de tempo integral e com contrato precário. Em 1994, passou a exercer o RDIDP em caráter permanente. O professor Gergely Andres Julio Szabó ingressou em 1983, também em tempo integral e sob regime precário de contratação. Em 1986 obteve a permanência no RDIDP. Quando surgiu a oportunidade recente de concursos para efetivação, foram ambos aprovados e nomeados em 1997.

Após o procedimento administrativo de nomeação, surgiu o pedido, por parte da CERT, de que os docentes submetessem relatórios em fins de 1999. Mesmo sabendo que tal solicitação não ti-

nha respaldo nas normas estatutárias e regimentais vigentes, pois não se encontravam mais em período de experimentação, os docentes apresentaram os seus relatórios. A CERT não aprovou tais relatórios e ainda os ameaçou com mudança de regime de trabalho.

O desrespeito à unidade e ao trabalho dos docentes, bem como a injustiça contra eles cometida, fica evidente na carta do Diretor do Instituto de Geociências ao Reitor (ver anexo I)\*.

Tomando ciência da decisão da CERT, tanto o Conselho do Departamento quanto a Congregação do Instituto de Geociências se manifestaram prontamente (ver anexo II a IV) atestando os méritos acadêmicos e científicos e o engajamento institucional dos docentes. Mais que isso, a Congregação manifestou que existe hoje naquela unidade um clima de intranquilidade que vem servindo para desestimular as atividades de ensino e pesquisa.

Estudantes e Funcionários do IG, através de documentos e abaixo-assinado, também manifestaram seu desagrado com as decisões da CERT (ver anexo V). Como mesmo estas ações em defesa do respeito aos colegas e ao Instituto não foram sufi-

cientemente para solucionar a situação criada, a Unidade recorreu da decisão da CERT; e o Reitor veio a decidir por exigir dos colegas relatórios após um ano, quando novamente a permanência no RDIDP seria avaliada.

Tal decisão mostra a falta de compreensão da Reitoria sobre o papel fundamental e estratégico do trabalho acadêmico desenvolvido no Instituto de Geociências, desvendando e mapeando as potencialidades minerais e a constituição geológica do Brasil e da América do Sul. Este projeto deveria merecer respeito e incentivo por parte da Universidade, que deve aproveitar de sua experiência e discernimento para a realização do trabalho acadêmico, no lugar de tentar impor critérios incompatíveis à natureza das atividades desenvolvidas pelos profissionais daquele Instituto.

Inconformados, os colegas interpuseram recursos contra a decisão do Reitor alegando que, entre outras normas e dispositivos que os favorecem, o artigo 201 do Regimento Geral estabelece com clareza que não cabe à CERT ou ao Reitor exigir relatórios visando decidir sobre a permanência de docentes em RDIDP, sem que tenha partido do Conselho do Departamento a

proposta de mudança de regime de trabalho. O inteiro teor dos recursos foi endossado pelo Conselho de Departamento.

No trâmite destes recursos, tanto a CJ quanto a CLR emitiram pareceres que acabam por sugerir o não provimento dos recursos. Como a argumentação jurídica colocada, principalmente no parecer da CLR, não é convincente e nem tampouco razoável, a assessoria jurídica da Adusp elaborou uma nota a respeito destes pareceres (ver anexo VI).

Ao acatar os recursos dos colegas do IG, ao contrário de promover um suposto descontrole administrativo como quer fazer crer a CLR, o Conselho Universitário da USP estará não apenas agindo em conformidade com as normas vigentes, mas também, e principalmente, reafirmando a compreensão de que a Universidade deve ser administrada de modo a garantir respeito e incentivo ao florescimento de Unidades e Departamentos, restando a perspectiva autoritária, desqualificadora e centralizadora que, insensível às mudanças históricas, insiste em se apresentar na Universidade.”

\* Veja os anexos citados no site da Adusp a partir desta semana.

# Estudantes são vitoriosos no CO

Por 49 votos a favor e 25 contra, o Conselho Universitário aprovou, no dia 21, a mudança no Regimento da USP que transfere para os estudantes a organização da eleição de seus representantes. Antes de aprovar as sugestões de autoria da professora Ada Pellegrini (baseada em proposta da comissão de professores e funcionários), o CO derrubou o parecer da CLR, que contestava a legitimidade e a representatividade do Diretório Central dos Estudantes (DCE) para organizar as eleições.

Os estudantes conquistaram o controle das eleições a partir de 2001. Contudo, a homologação dos RDs eleitos em outubro último para os conselhos centrais depende de aprovação na próxima reunião do CO, prevista para 5/12.

## Quórum

Após alcançar 49 votos, o reitor Jacques Marcovitch levantou dúvidas sobre o quórum mínimo para essa votação. Para alguns seria preci-

so considerar a composição total do CO — computando-se, portanto, também os oito RDs não empossados— para se chegar ao número de votos necessários, que seria então de 53.

O professor Otaviano Helene, representante do IF, objetou que o Regimento não exige quórum para emendas e que, portanto, a alteração estava aprovada. Após uma breve interrupção da reunião para consultas, o reitor informou aceitar as ponderações sobre o novo quórum e as modificações ficam aprovadas. Em seguida, discutiram-se os diversos destaques apresentados à proposta.

A versão final aprovada contemplou alguns itens que não agradaram os estudantes. Um deles diz respeito à forma de inscrição de candidatos, em que foi mantida a redação atual, que permite candidaturas individuais. Outro ponto refere-se à exigência de o aluno, para poder concorrer no pleito, ter cursado no mínimo 12 créditos-aula no semestre anterior.

## Boicote e ocupação

A decisão do CO ocorre mais de um mês depois das eleições organizadas pelo movimento estudantil para RDs e o DCE, realizadas nos dias 18 e 19/10, às quais compareceram mais de 8.500 estudantes. Os alunos haviam decidido em seu VI Congresso boicotar as eleições da Reitoria e organizar sua própria eleição.

No primeiro CO realizado após a eleição, em 31/10, os RDs eleitos só puderam participar da primeira parte da sessão, sendo depois impedidos de participar até como ouvintes — fato que acabou levando os estudantes a ocupar o CO naquele dia.

Na sessão daquele dia, conselheiros pediram vistas do processo relativo à proposta do DCE de alteração do Regimento, adiando a análise do caso — havia um parecer da CLR, desfavorável ao DCE. Foi então formada uma comissão de cinco estudantes e cinco professores, com a incumbência de formular uma segunda proposta e enviá-la nova-

mente à CLR. Foi a partir dessa proposta que a professora Ada Pellegrini redigiu seu voto em separado na CLR, que redundou no texto finalmente aprovado pelo CO.

O fotógrafo da Adusp, Daniel Garcia, foi impedido de fotografar a sessão do CO de 21/11. Segundo o assessor de imprensa da Reitoria, Fernando Pessoa, a proibição de fotografar o CO é antiga. Garcia lembra a explicação dada: “Disseram que eu não poderia fotografar porque nunca se pôde, e me sugeriram aguardar o fim da sessão, para então tirar as fotografias”.

## CASO ZINSLY 2

### Pedidos em tramitação

Há três manifestações sobre o caso Zinsly aguardando resposta da universidade. Em reunião, em fins de outubro, a Congregação da Esalq avaliou o relatório da Comissão Revisora e enviou ao reitor um pedido de reversão da decisão de demissão, por considerar que não há provas suficientes para a condenação. O professor Zinsly redigiu petição no mesmo sentido argumentando, inclusive, que as mudanças constantes no mote acusatório, durante todo o processo, são indicações de inconsistência das alegadas provas. Na terceira manifestação sobre o caso, a diretoria da Adusp solicitou a anulação da decisão do CO. Essa questão é preliminar e antecede a discussão do mérito. Na opinião da Adusp, não houve um julgamento justo pois os advogados de defesa não estiveram presentes na reunião, portanto, não havendo o contraditório e ficando a acusação com a exclusividade de argumentos.

## Banespa privatizado

A privatização do Banespa reacendeu o debate sobre as políticas praticadas pelo governo FHC. O banco foi subavaliado para efeito da privatização, pois, enquanto o governo fixou em R\$ 1,85 bilhão seu preço mínimo, o banco espanhol Santander arrematou-o por R\$ 7 bilhões.

“Em vez de considerar os 281% pagos acima do preço mínimo do Banespa, outra continha torna muito mais perceptível e escandalosa a avaliação adotada pelo governo para venda do banco”, comentou o jornalista Jânio de Freitas, da *Folha de S. Paulo*, em 21/11. “É a conta

para mostrar o que estava pedido em relação ao que foi pago: o governo pedia apenas 26% do que o Banco Santander achou que o Banespa vale — e pagou. Nem um terço, portanto. Os espanhóis do Santander estariam loucos? Seriam idiotas?”

Longe de serem idiotas, os executivos do Santander devem ter levado em conta, entre diversos fatores, o tamanho da folha de pagamentos do Estado de São Paulo, operada pelo Banespa.

Projeto do deputado César Callegari (PSB), que obriga o Estado a realizar o pagamento do funcionalismo em banco estatal esta-

dual ou federal, está tramitando em regime de urgência nas comissões da Assembleia Legislativa, para depois ser levado a plenário.

Do ponto de vista do desenvolvimento econômico, a privatização do Banespa é um novo golpe: o Estado brasileiro abre mão de um de seus maiores bancos. Além disso, a privatização certamente trará demissões em massa e fechamento de agências, como de praxe no setor financeiro.

A Adusp estará discutindo, na próxima reunião do Conselho de Representantes, o destino da sua conta no Banespa.